



INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO À FORMAÇÃO DOCENTE

PEDAGOGICAL INTERVENTION: THE CONTRIBUTION THE STUDIES OF GENDER TO THE TEACHING FORMATION

Fabiane Freire **FRANÇA**¹
Geiva Carolina **CALSA**²

RESUMO

Os professores, ao transmitirem o conhecimento científico escolar sem uma prática consciente da produção dos conceitos, podem reforçar valores hegemônicos, sobretudo quando tratam meninos e meninas de forma diferenciada do ponto de vista do gênero social. O objetivo deste artigo consiste em investigar a possibilidade de ampliação do conceito de gênero apresentado por professores por meio de entrevistas e um processo de intervenção pedagógica, isto é, discussões em grupo sobre o conceito de gênero. Tomou-se como fonte de dados as verbalizações dos professores e das professoras antes, durante e depois do processo de intervenção pedagógica. A partir dessas discussões, foi possível elaborar com os docentes propostas didático-pedagógicas para o ensino do conceito de gênero a alunos de 5ª e 6ª séries, com os quais os participantes da pesquisa atuam. Em vista disso, as categorizações apresentadas neste trabalho buscam fugir de oposições binárias ao considerarmos o contexto permeado por relações de poder no que se refere ao gênero social.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Intervenção pedagógica.

ABSTRACT

The teachers when transmitting the pertaining to school scientific knowledge, without one practical conscientious one - of the production of the concepts -, can strengthen the hegemonic values,

¹ Professora, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, 87303-100, Campo Mourão, PR, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: F.F. FRANÇA. E-mail: <fabianefreire@ibest.com.br>.

² Professora, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática. Maringá, PR, Brasil.

especially, when they deal with boys and girls differentiated form, of the point of view of the gender. A time that the objective of the present study is to investigate the possibility of magnifying of the concept of gender, presented for teachers, after pedagogical intervention, was used of these estimated theoreticians for the accomplishment of a movement of reconstruction of the gender concept. After this process, was possible to before identify to the preconceptions gifts in interviews carried through with the professors and after the process of pedagogical intervention. To leave, of these quarrels it was possible to elaborate with the professors didactic-pedagogical proposals for the education of the gender concept the pupils of 5^a and 6^a series - where the participants of the research act. In sight of this, the category carried through in this work run away to the binary oppositions, they question therefore them in the context marke for relations of being able as for the gender.

Keywords: Education. Gender. Pedagogical intervention.

INTRODUÇÃO

Na cultura brasileira, há muitas expectativas a respeito do comportamento considerado apropriado a homens e mulheres de acordo com sua posição social. Conceitos nem sempre conscientes são incorporados por meio de mecanismos e instituições sociais.

A diferença de gênero está presente nos vários contextos sociais, incluindo a instituição escolar. Os professores, ao transmitirem o conhecimento científico escolar, podem reforçar os valores hegemônicos, que acabam por repercutir na formação da identidade dos alunos, homens e mulheres, sobretudo ao tratarem meninos e meninas de forma diferenciada do ponto de vista do gênero.

O conceito de gênero tem sido discutido, atualmente, com mais frequência por várias instâncias - mídia, escola, família etc. -, pois os movimentos sociais, ocorridos na segunda metade do século XX, possibilitaram o início de pesquisas importantes nessa área. Esses estudos constataram, por meio de eventos, trabalhos, debates, palestras, dentre outros, a emergência de um processo social de desconstrução e pluralização dos gêneros no contexto social e educacional (Souza, 2000; Louro, 2007).

Pesquisas relacionadas ao gênero no âmbito escolar, como a de Souza (2000), indicam

que as representações do corpo e da identidade de professores reproduzem estereótipos de mulher, mãe e feminina. A partir dos relatos de docentes de biologia, a autora constatou a reafirmação das abordagens que “fabricam” as pessoas com embasamento no discurso médico, que legitima a função social da mulher. As comprovações da autora vão ao encontro de discussões históricas sobre a biologização e a medicalização da identidade dos gêneros.

A reportagem “Pisando no ‘sexo frágil’”, publicada na revista *Nossa História*, apresenta momentos da passagem do século XIX para o século XX nos quais as mulheres eram alvo de descrédito em suas lutas e movimentações pelo atendimento aos seus direitos garantidos legalmente. Tal descrédito era reforçado pelos discursos médicos da época. Cesare Lombroso, conceituado criminologista do século XIX, afirmava que a mulher normal teria algumas características negativas semelhantes à criança, tais como: exagerado ciúme, tendência à vingança e um senso moral deficiente. “De maneira geral, esses defeitos seriam neutralizados pela maternidade, frieza sexual e inteligência menor” (Soihet, 2004). Nessa direção, mulheres inteligentes seriam perigosas, porque se mostrariam criminosas natas.

Supõe-se que afirmações como essas ainda sejam reproduzidas e naturalizadas no mundo contemporâneo por meio de brincadeiras,

piadas e gestos cotidianos, resultado de conhecimentos absolutizados, transmitidos pelas famílias, pela mídia e pela própria instituição escolar. Em uma perspectiva oposta, uma concepção de gênero que considere a produção cultural e histórica, como aponta Louro (2007), exige reconhecer que os gêneros se “fazem” sempre com as marcas de cada cultura e de cada contexto social. A autora complementa que as práticas de linguagem produzem sujeitos “femininos” e “masculinos” por meio dessas “marcas” que são gravadas na memória dos indivíduos.

Em razão da importância político-social da discussão sobre o conceito de gênero e dos resultados de estudos contemporâneos que constataram o conceito de homem e de mulher por parte da instituição escolar, buscou-se responder às seguintes questões: Qual a compreensão de professores e professoras a respeito de gênero? Esse conceito pode ser ampliado e ou reconstruído por meio de uma formação continuada? Qual a contribuição desses estudos para a educação básica?

Para compreender o conceito de gênero como produto das relações sociais, culturais, físicas e econômicas, em um primeiro momento fez-se um resgate das formulações de Foucault (1984; 1988) acerca das relações de poder articuladas à produção de discursos e de estratégias que formulam e postulam o lugar de onde o sujeito pode e/ou deve falar. Foram enfatizadas discussões de autores da teoria pós-estruturalista (Meyer, 2003; Louro, 2007), que se utilizam de análises foucaultianas para a compreensão da produção do conceito de gênero nas práticas educacionais. Posteriormente são apresentadas algumas características da intervenção pedagógica e alguns dos resultados desse processo.

A pesquisa foi desenvolvida com doze professores - oito mulheres e quatro homens - que atuam nas 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. Para a seleção desse grupo, fez-se o convite aos docentes de 5ª e 6ª séries da escola por sugestão da equipe de coordenação escolar, uma vez que essas turmas apresentavam

maior carência de informação sobre o tema da pesquisadora: o gênero.

Caracterizamos essa análise como uma pesquisa-ação participativa por considerar a pesquisa um instrumento de “(re)construção” do conhecimento do ponto de vista ético, bem como um instrumento privilegiado para a realização de investigações sobre a escola e a prática docente por meio de problematizações.

As verbalizações dos professores foram transcritas na íntegra, registrando-se a expressão da oralidade das falas sem corrigir vícios de linguagem, deslizos gramaticais ou erros de concordância próprios da linguagem oral, com intuito de chegar mais próximo da ideia “original” de cada sujeito. Vale lembrar que as falas selecionadas para análise foram colhidas tanto nas entrevistas individuais quanto nas sessões de intervenção com o grupo.

Após a entrevista individual, foram realizadas oito sessões de intervenção pedagógica com o grupo de professores voluntários, envolvendo o conceito de gênero. Cada sessão teve duração de três horas. Após a última sessão, foi realizada uma segunda entrevista com os professores para verificar possíveis modificações na compreensão de gênero.

Cada sessão de intervenção pedagógica foi organizada conforme as seguintes etapas: levantamento de hipóteses (definição dos professores sobre o conceito de gênero de acordo com seus conhecimentos prévios), apresentação das respostas, discussão de sua pertinência ou não, e justificativa do saber e do fazer do professor diante das situações-problema apresentadas durante a intervenção.

Na sequência, demonstrou-se que, por meio da realização de intervenção pedagógica com um grupo de professores voluntários, foram utilizados esses pressupostos teóricos para a realização de um movimento de ampliação e reconstrução do conceito de gênero. Após esse processo, foi possível identificar alguns (pré)conceitos presentes nas entrevistas com os docentes e o movimento de suas verbalizações

durante e depois do processo de intervenção pedagógica. Com base nessas discussões, foi possível elaborar com o grupo propostas didático-pedagógicas para o ensino do conceito de gênero a alunos de 5ª e 6ª séries, nas quais atuam os participantes da pesquisa.

Optou-se por trabalhar com a metodologia que integrasse a abordagem qualitativa e quantitativa, pois a articulação das duas trouxe vantagens para a análise dos dados coletados. A pesquisa qualitativa propiciou análise compreensiva e interpretativa dos dados - compreensão das representações, percepções, crenças, valores, preconceitos e simbologias dos sujeitos diante das questões e situações apresentadas pela pesquisadora -, enquanto a análise quantitativa favoreceu sua confirmação estatística.

Nessa direção, buscou-se entender a realidade investigada nos diversos movimentos apresentados pelos docentes. Por meio da verificação das entrevistas, foi possível realizar a categorização dos dados coletados. Convém destacar que a construção das categorias não se limitou à análise isolada dos dados, mas fez parte do contexto do sujeito-pesquisador que as interpretou, dando-lhes um significado mesmo que provisório e aberto a novas possibilidades de interpretação. O objeto de estudo não foi considerado um dado neutro, mas esteve carregado de significados construídos no contexto das relações e ações da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisadora buscou atentar-se às manifestações apresentadas pelos sujeitos que interagiram com modos distintos de ser, agir e pensar a cada momento do processo de intervenção pedagógica.

Em vista disso, as classificações e as categorizações realizadas nesse trabalho fogem às oposições binárias, pois as questionam no contexto permeado por relações de poder. Em nenhum momento, buscou-se fixar um conceito como a norma, por isso problematizou-se a condição arbitrária no que se refere ao gênero.

A produção dos conceitos pelas relações de poder: o gênero em questão

Pensar epistemologicamente o que é gênero envolve a necessidade de problematizar

a produção dos conceitos no contexto histórico, político e cultural. Nesse sentido, o objetivo não é compreender o conceito de gênero como pronto e acabado, mas instigar as pessoas a perceberem sua produção permeada por relações de poder, interesses, conflitos, contradições e negociações.

Os conceitos compõem parte indispensável para que seja estabelecida uma determinada cultura, pois as pessoas se comportam e se constroem de acordo com as produções de significados que circulam em determinado tempo e espaço. Todavia, há momentos em que os conceitos considerados legítimos são questionados, sofrem radical contestação por alguns grupos que tomam consciência de que os discursos impostos não são “naturais”. A reflexão e a análise sobre determinadas situações permitem perceber que alguns discursos acabam por justificar, entre outros aspectos, as desigualdades de gênero, de etnia, de raça, de sexualidade. Mediante essas discussões, colocam-se em circulação novas visões e possibilidades de compreender os conceitos vigentes.

De acordo com Calsa (2002), estudos sobre conceitos vêm explicitando seu caráter provisório, uma vez que se modificam a partir de diferentes contextos e são formados a partir das experiências e vivências dos sujeitos nas várias instâncias sociais. Para a autora, na instituição escolar, os conceitos variam ainda de acordo com as diferentes teorias de aprendizagem. Os conceitos são construções, ao mesmo tempo, individuais e sociais, resultado da interação do sujeito aprendente com o meio físico e social.

Tanto os seres humanos, ao produzirem explicações para sua vida, quanto as instituições sociais que organizam tais explicações, como a família, o casamento ou os papéis de homens e mulheres, assumem como naturais discursos que são construídos pelo próprio conjunto social e fruto do jogo de poder que subjaz às interações humanas. Para compreender o conceito de poder, busca-se em Foucault (1988; 1984) a análise das diversas redes de discurso, práticas e estratégias sociais.

O discurso é exemplo da complexidade do poder não centralizado em um único ponto, instituições ou instâncias sociais. O discurso que circula continuamente nas interações sociais, considerado afirmações, busca persuadir o outro, que pode vir a aceitar ou não. O conhecimento científico, nesse contexto, pode ser caracterizado como um “discurso verídico”, na medida em que passa pelo aceite da comunidade acadêmica para que seja apresentado como legítimo e necessário.

Em vista disso, Foucault (1984) descreve os mecanismos de constituição das instâncias que regem o conhecimento científico. Seu interesse centra-se em identificar e explicar os domínios do saber prescritos pela psicologia, biologia e medicina.

Na perspectiva foucaultiana, a ciência é produzida de acordo com os interesses e necessidades das diferentes conjunturas históricas, políticas, culturais e econômicas. São esses elementos que definem o que pode ou não ser considerado saber científico.

Para que ocorra a aceitação pelos indivíduos do que é considerado legítimo, instituições citadas por Foucault (1984) - prisão, escola, hospital - têm a função de classificar, avaliar, recompensar ou de punir os indivíduos de acordo com normas elaboradas por e para determinado grupo social. Com esse intuito, são criados sistemas de vigilância que sustentam a produção, a distribuição e a imposição de saberes sobre os indivíduos: tanto sobre o oriental no Oriente como sobre o aluno na escola, sobre os doentes nos hospitais, os presos nas prisões, sobre homens e mulheres que devem corresponder às regras sociais de papéis masculinos e femininos.

Em perspectiva complementar, Louro (1997) destaca que a divisão do trabalho, oriunda da estrutura de produção capitalista, permitiu que fossem construídos outros grupos sociais baseados na raça, classe, etnia, sexualidade e gênero. A partir das ideias produzidas por esses novos grupos, as relações de poder - que atribuíam às autoridades decisões “inquestionáveis” sobre

o panorama social - foram questionadas, como os gestos e os sentidos que foram “produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos”.

Os estudos de gênero vinculados aos movimentos sociais permitiram o questionamento político e o processo de reflexão crítica sobre a situação das mulheres nas sociedades modernas. Posteriormente, esses estudos romperam com o paradigma de apenas compreender a condição das mulheres, propondo-se a refletir sobre os processos de construção da feminilidade e da masculinidade, e suas relações com o plano da sexualidade e da representação dos corpos.

Tais estudos permitiram problematizações acerca da sexualidade e do gênero com o intuito de romper com a visão binária (dois sexos e dois gêneros) e biologistas: quem nasce mulher terá necessariamente desejos sexuais por homens e se adequará às expectativas da sociedade em relação ao gênero “feminino”. São problematizadas as classificações sociais que rotulam combinações entre gênero, sexualidade e corpo, uma vez que existem identidades que não se enquadram aos padrões tradicionais dominantes, assim como nem todas as mudanças de gênero indicam mudanças no plano da sexualidade e vice-versa.

MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida com doze professores - oito mulheres e quatro homens - atuantes na 5ª e 6ª séries do ensino fundamental, que aceitaram a indicação da equipe de coordenação da escola e o convite da pesquisadora. Com esse grupo, realizaram-se duas entrevistas individuais e oito sessões de intervenção pedagógica. Cada sessão teve duração de três horas e apresentou a seguinte organização: levantamento de hipóteses (definição dos professores sobre o conceito de gênero de acordo com seus conhecimentos prévios); apresentação das respostas e discussão de sua pertinência ou não, conforme

parecer do grupo; e justificativa do saber e do fazer do professor diante das situações-problema apresentadas pela pesquisadora.

Esta análise foi categorizada como uma pesquisa-ação participativa por considerar a pesquisa um instrumento de "(re)construção" do conhecimento. Essa condição tornou-se um de seus princípios norteadores, que se evidenciou na busca pela (des)instalação das certezas absolutizadas e cristalizadas dos docentes sobre gênero. Para isso, foram problematizadas as narrativas de cada participante da pesquisa por intermédio de práticas coletivas de (des)construção e (re)construção do conceito.

De acordo com Marisa Vorraber Costa (2002), no processo de pesquisa-ação participativa, conhecer não significa descobrir algo que já existe, mas sim descrevê-lo, relatá-lo e nomeá-lo por meio de uma posição temporal e espacial sempre provisória. Há a necessidade, portanto, de ouvir o posicionamento do "outro" sobre o mesmo objeto de estudo em um processo que não buscou explicitar e concluir "verdades", mas questionar "as verdades" consideradas legítimas.

O processo de intervenção pedagógica teve como objetivo criar espaços de discussão e reflexão acerca de temáticas que envolvem o conceito de gênero, bem como mostrar aos docentes diversas perspectivas sobre esse conceito. Os encontros proporcionaram comentar, ouvir e contrapor as ideias do grupo e da pesquisadora. Essa estratégia visou problematizar as concepções naturalizadas pelos docentes, sobretudo suas vivências e experiências com os estudantes e os colegas no ambiente escolar no que diz respeito ao gênero. Buscou-se vivenciar com o grupo um processo de (des)construção e (re)construção dos significados estabelecidos como "verdades" antes da intervenção pedagógica.

Optou-se, assim, pela apresentação de situações-problema referentes ao ambiente

escolar e que contrastassem com suas "verdades" sobre o tema, possibilitando aos participantes entrar em contato com outras formas de ver, perceber e sentir o conceito. Ao longo do processo de intervenção, os docentes manifestaram sensações de conflito e de negociação entre seus pré-conceitos e as novas ideias que pareciam estar estruturando. Essas manifestações sugerem a ocorrência de um repensar os conceitos sobre gênero, abrir-se para outras formas de pensar o tema e criar novas "verdades" para si, ainda que provisórias e incompletas. A seguir, procurou-se sintetizar algumas características do processo de intervenção pedagógica que implicaram em mudanças conceituais durante as entrevistas.

Destacou-se, durante as discussões em grupo, que, mediante os contextos culturais, sociais, econômicos e religiosos que cada sujeito vivencia, são tomadas decisões sobre o que cada um acha melhor para sua vida. Nesse sentido, é interessante possibilitar aos alunos que percebam os diferentes caminhos a serem seguidos e que tudo depende muito de suas escolhas. Uma das questões colocadas foi: "O que vocês acham da construção da identidade de homens e mulheres na Idade Média?" Os sujeitos, a seguir, responderam: P12(M)³ - "*Eu vejo a submissão da mulher*"; P3(H) - "*Autoritarismo religioso*"; P11(M) - "*Os casamentos não eram as mulheres que escolhiam, eram as famílias que definiam o parceiro pra casar*"; P6 - "*Fidelidade feminina e não masculina*".

Foram discutidas com os professores as contribuições sobre o processo de construção do conceito de gênero de Perrot (1995, p.22), que salienta: "[...] posto que a diferença entre os sexos é uma construção, pode-se, assim, desconstruí-la, em todos os níveis (teorias e práticas, representações e fatos materiais, palavras e coisas)". As narrativas da autora sobre o tema possibilitaram a problematização de conceitos como identidade e diferença ao questionar as interpretações fixadas sobre as

³ Os sujeitos da pesquisa foram classificados como professores (P), sendo o número uma identificação aleatória e as letras H ou M iniciais de homens ou mulheres.

relações de gênero e ressaltar os conflitos e a complexidade das relações de poder dos grupos sociais implicados nesse processo.

Nessa direção, foram apresentados alguns aspectos referentes à história das mulheres com o objetivo de possibilitar ao grupo o conhecimento de fatos importantes sobre a trajetória feminina: uma história não contada pelo discurso hegemônico. Essa estratégia não teve o intuito de traçar uma história cujo fim é o alcance de um mundo melhor, no qual as mulheres, por meio de muitas “batalhas”, alcançariam inúmeras conquistas. Buscou-se, em contrapartida, focalizar alguns aspectos referentes à trajetória das mulheres que, naquele momento, serviriam para a percepção de que toda história é narrada de acordo com as relações de poder entre grupos sociais, estabelecidas como legítima em determinado momento histórico.

Ao proceder de tal forma, acredita-se na possibilidade de criar condições para fazer os participantes compartilharem suas impressões e problematizarem os significados atribuídos ao gênero e à educação. O relato de P7(H) sugeriu questionamentos sobre a construção das identidades de gênero: “*Quando você falou em Idade Média, a primeira coisa que vem na cabeça eram as questões das fotografias, não eram nem fotografias, eram imagens, não era esse nosso padrão hoje, né, era mais arredondado, não era [...]*”.

Essas verbalizações causaram risos e tumulto por parte do restante dos sujeitos, como demonstram os comentários a seguir: P9(H) - “*As roupas da época não valorizavam as curvas, eram muitas roupas, muito babadinho*”; P4(M) - “*As mulheres eram chamadas de ‘potranca’*”; P8(M) - “*A gordura era sinônimo de saúde*”; P3(H) - “*Meu pai falava que, se as mulheres tivessem ancas largas, seriam boas ‘parideiras’ [...]*”.

Discuti-se a afirmação de que a mulher da Idade Média era considerada perversa por natureza, a ponto de qualquer traição levá-la à

condenação, enquanto a ocorrência do mesmo fato com o homem era considerado natural. Foram suscitados comentários sobre a permanência dessa visão tantos séculos depois. Duas professoras chamaram a atenção para o fato de que a identidade da mulher não mudou tão radicalmente quanto se poderia esperar. P4(M) - “*Mas, hoje não mudou muito*”; P5 - “*Hoje a mulher que trai é biscoite*”.

Tais considerações, segundo Louro (2007), têm levado a sociedade a atribuir maior valor às características consideradas masculinas. Desde o início do século XX, a afirmação do caráter social desses aspectos tornou-se fundamental para a luta e o desenvolvimento da teoria feminista, e um indicador das possibilidades de transformação de conceitos de mulher.

Nesse processo, o conceito de gênero foi compreendido como uma construção social que identifica os sujeitos como homens ou mulheres em suas variadas formas de ser, agir e pensar, apontando, com o intuito de desconstruir os padrões hegemônicos, que ambos podem ser masculinos e femininos ao mesmo tempo. Enfatizou-se que muitos alunos continuarão chegando à sala de aula com ideias pré-estabelecidas, tais como: o pai deve ser forte, e a mãe, meiga e delicada. Qual será a sua reação perante essa situação? Como agir em sala de aula? Em meio ao silêncio e rostos atentos, prosseguiu-se: trabalhar relações sociais é mostrar que as pessoas, as culturas, as realidades são diferentes e precisam ser consideradas dentro do contexto escolar.

RESULTADOS

Após a leitura das respostas dos docentes às duas entrevistas, foi possível construir categorias que sugerem suas impressões em relação ao tema gênero. As respostas do grupo não foram consideradas como pensamento absoluto sobre o tema e sim manifestações apreendidas pela pesquisadora em um de-

terminado momento. Na primeira entrevista, conforme notas de campo da pesquisadora, as reações dos professores sugeriram diferentes graus de envolvimento com o conceito de gênero e foram tais aspectos analisados no estudo. Nesse sentido, tais reações apresentaram-se como manifestações que podem representar o pensamento do sujeito sobre o tema e, certamente, dependeram de sua interação com o assunto focalizado e com a entrevistadora, entre outros elementos envolvidos nesse tipo de atividade de pesquisa. A segunda entrevista foi realizada com o intuito de verificar se, por meio das discussões criadas durante o processo de intervenção pedagógica, ocorreu um movimento de reorganização do conceito de gênero apresentado pelos professores. As falas dos sujeitos, após a intervenção, mostraram-se diferentes em comparação às primeiras ocorrências.

As respostas à pergunta “O que é gênero para você?”, constante das entrevistas, foram organizadas em três categorias conceituais (Tabela 1): contexto sociocultural; sexo feminino e masculino; e não respondeu/não explicou. Na primeira entrevista, quase todos os docentes entrevistados (84%) responderam que gênero restringe-se à diferença biológica dos sexos como opostos. Apenas uma professora (8%) - P1(M) - apontou o contexto sociocultural como um dos elementos envolvidos nessa temática; e um professor - (8%) P9(H) - disse não saber responder à questão. Na segunda entrevista, contrariamente, a categoria que mais se destacou foi a relacionada ao contexto sociocultural: 92% afirmaram que o conceito de gênero corresponde a uma construção social e pessoal envolvida pelo contexto cultural (Tabela 1). A fala de P4(M) exemplifica as respostas dadas: “*É construído socialmente, pois ele pode ser homem e gostar de outro homem, é construído socialmente, não é a característica física que determina o gênero*”.

A modificação da fala dos docentes parece resultar das características das sessões de intervenção pedagógica. Uma dessas características - o movimento de (des)construção dos conceitos prévios dos docentes e abertura para outros posicionamentos sobre gênero - foi citada pelos professores como a origem das modificações ocorridas em sua forma de pensar.

A fala da professora P2(M) exemplifica essa situação:

P2(M) - (rsrs) [*Então, tá complicado, foi desconstruído né tudo aquilo que eu imaginava tá confuso e agora estou em fase de construção. Eu não aceitei bem ainda o que é, eu acho que como você já havia falado, é construído, gênero é construído pela sociedade que é o papel da mulher, o papel do homem. Então, eu to ainda assimilando essas questões ainda*].

A seguir, são explicadas, com maior detalhamento, as características de cada uma das três categorias de respostas referentes à primeira questão das entrevistas.

Categoria A: Contexto sociocultural

Na primeira entrevista, apenas a professora P1(M) (8%) considerou a construção do gênero relacionada ao contexto cultural e social dos indivíduos. “*Mulheres sofrem questão de discriminação de gênero [...]. Tudo depende do contexto de onde você está discutindo gênero*”. A fala da professora parece corresponder à ideia de Soihet (2004), para quem a sociedade contemporânea divide homens e mulheres de acordo com as regiões, os costumes, os valores, a educação e a cultura. Para a autora, não é à toa que, durante décadas, criaram-se estratégias para sustentar a desigualdade entre homens e mulheres pautada, sobretudo, na biologia e na medicalização do corpo e da mente.

Tabela 1. Questão 1: Comparação entre a primeira e a segunda entrevista. Maringá (PR), 2007.

Categorizações conceituais	Entrevista 1		Entrevista 2	
	n	%	n	%
A) Contexto sociocultural	1	8	11	92
B) Sexo feminino e masculino	10	84	0	0
C) Não respondeu/não explicou	1	8	1	8
Total	12	100	12	100

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas.

Em entrevista, após o processo de intervenção pedagógica, 92% dos docentes definiram gênero como uma construção social de homens e mulheres que abarca também escolhas pessoais. A fala de P6(H) representa as considerações referentes a essa categoria: *“A sociedade reflete na constituição do gênero, mas cada pessoa tem sua maneira própria de escolher seu próprio gênero”*. Apontou-se ainda que as reflexões sobre o conceito envolvem a formação de cada indivíduo em suas práticas cotidianas: P9(H) *“o indivíduo traz na sua formação, no seu dia a dia. Isso pra mim que é o gênero”*.

Ainda assim, o professor P3(H) expressou certa dúvida, confundindo gênero com sexualidade, embora demonstre ter ultrapassado o binarismo absoluto feminino e masculino: *“Gênero pra mim hoje não é só a questão de homem e mulher, sexo masculino e feminino. Nos tempos que nós estamos vivendo hoje, gênero é mais do que isso, né, é uma orientação sexual!”*. Cabe destacar que gênero não corresponde à orientação sexual; entretanto, apesar das confusões conceituais e diferentemente da primeira entrevista, o professor mostrou abertura a novas possibilidades em relação ao conceito de gênero.

A manifestação de outros elementos - não predominantemente os biológicos - nas falas dos professores sugere o início de um movimento de reflexão e reconstrução de seus conceitos.

Categoria B: Sexo feminino e masculino

Na primeira entrevista, 84% definiram gênero restringindo-o à distinção sexual: sexo masculino e feminino. Os gêneros foram considerados construções opostas com base na diferenciação do sexo feminino e masculino. Para ilustrar essa categoria, foram transcritas em sua íntegra as respostas dos docentes:

P2(M), P3(H), P8(M) e P10(M) *“Masculino e feminino”*; P4(M) *“Um conjunto de coisas que tem as mesmas características; um grupo de mulheres que tem suas características físicas iguais”*; P5(M) *“É feminino, é masculino, onde você vai definir do ser humano, se ele é do gênero masculino ou feminino”*; P6(H) *“Eu sou biólogo né, e, na Biologia, a gente fica um pouco confuso em relação a definir o que é sexualidade, o homem, a mulher, o macho, a fêmea. De um modo geral, é a questão da divisão dos sexos mesmo”*. Louro (2000) considera, de uma posição contrária à polarização entre os sexos, a expressão de um esquema de pensamento aparentemente lógico que dificulta a criação de outras formas de pensar sobre o tema.

Como para a maioria das pessoas, para os entrevistados, a constituição de seu sujeito “feminino” e “masculino” ocorreu a partir da linguagem e das práticas sociais transmitidas em sua formação familiar, escolar e/ou religiosa. É dessa maneira que aprenderam a ser homem e mulher e é assim, como demonstram suas respostas posteriores⁴, que parecem ensinar a seus alunos.

Na segunda entrevista, nenhum sujeito referiu-se ao conceito de gênero como restrito ao sexo masculino e feminino. Notamos que o processo de intervenção pedagógica contribuiu para o repensar dos docentes sobre a construção social do conceito de gênero, que, até então, era enfatizado por um único viés: o biológico.

Categoria C: Não respondeu/ não explicou

Durante a primeira entrevista, o docente P9(H) disse: *“É”*. Não respondeu à questão e começou a ler a seguinte. Na segunda entrevista, apenas uma professora P5(M) foi classificada nessa categoria, embora com ressalva, visto que afirmou compreender que gênero é mais do que a divisão sexual: *“hoje, eu vejo como gênero aonde a gente pode tá definindo como além do*

⁴ Afirmações manifestadas nas entrevistas individuais e durante as sessões de intervenção pedagógica.

sexo". Sua fala apresentou um movimento em relação a sua resposta da primeira entrevista, mas não explicou a significação do "ir além", mesmo após solicitação durante a entrevista. Tanto P9(H) quanto P5(M) evidenciam que há ainda muito que problematizar, discutir e entender sobre o assunto, em especial no ambiente escolar, que muito influencia a formação da identidade dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o conceito em questão tenha sido gênero, a análise das entrevistas e do próprio processo de intervenção envolveu também os conceitos de corpo e sexualidade como variáveis pertinentes para a compreensão desses termos em um contexto mais amplo. O fato de promover essas discussões permitiu a visualização de uma identidade aberta a outras possibilidades de ser, agir e pensar, não restrita aos padrões determinados socialmente.

Há um grande desafio: desconstruir dogmas em relação ao gênero que geram preconceitos produzidos pelo poder da tradição de modo geral. Ao perceber o poder composto de jogos estratégicos para a produção do saber e da própria identidade de gênero, nota-se que a problemática não está em alguém saber mais sobre o outro ou no transmitir saberes, mas sim na submissão da autoridade arbitrária que se faz do uso do poder simbólico para "ditar" o que o outro deve ser. Daí a necessidade de interrogar as regras e os efeitos das práticas sociais que, ao selecionarem determinados conteúdos, pensamentos e ações como verdades universais, podem silenciar outras categorias possíveis.

A "diferença" entre masculino e feminino também tem implicações no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, se a escola reproduz as desigualdades sociais, evidentemente o mesmo ocorre com as relações de gênero. Todavia, a partir do momento em que as relações de poder são questionadas, percebe-se o papel contraditório da instituição escolar.

Se, por um lado, a escola reproduz as desigualdades sociais, culturais e de gênero, por outro lado, pode ser um ambiente que desenvolve essas questões por meio da problematização dos sujeitos sobre seus pensamentos e ações.

Louro (1997; 1999) salienta que é preciso problematizar a lógica de mercado sobre o conceito de gênero por meio de um processo desconstrutivo que suponha o questionamento da identidade dos sujeitos no que diz respeito a valores e normas. Um procedimento desconstrutivo não elimina o pensamento hierárquico construído historicamente em relação aos gêneros, entretanto busca inseri-lo nas relações de poder existentes e analisá-lo criticamente de forma a não serem reproduzidas posturas que legitimam as desigualdades de qualquer ordem entre os indivíduos.

Um diálogo necessário à escola deve abordar as subjetividades, os sentimentos, os anseios, os conflitos. Os sujeitos, sobretudo os professores, precisam perceber que nenhuma identidade é natural: ela é produzida pelas crenças, valores, costumes, hábitos, normas e regras trazidas pelas diferentes comunidades de práticas de cada sujeito.

No último encontro do processo de intervenção, os docentes apresentaram alternativas de propostas pedagógicas. As sugestões do grupo foram pertinentes por viabilizarem outras possibilidades de se trabalhar a proposta pedagógica elaborada em um processo interdisciplinar. Além disso, o grupo se deu conta, durante a apresentação, da infinidade de outras questões que podem ser abordadas e discutidas em sala de aula.

Percebe-se, nesse sentido, a necessidade de problematização dos professores sobre a construção do conceito de gênero e sexualidade. Uma formação continuada que gere discussões, explicações e debates sobre as práticas cotidianas pode ser um dos caminhos possíveis para a desconstrução dos conceitos que reproduzem preconceitos e discriminações.

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Elas são produzidas, afetadas pelos efeitos do poder e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero e representa as atividades como masculinas e femininas de acordo com os interesses que circulam em determinado momento. É necessário que as pessoas tenham essa consciência, sobretudo no ambiente escolar, para que as práticas escolares contribuam de forma crítica na construção de identidade, ou seja, possibilitem aos indivíduos mais conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

- CALSA, G.C. *Intervenção psicopedagógica e problemas aritméticos no ensino fundamental*. 2002. 285f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- COSTA, M.V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, M.V. (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.91-115.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1
- LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G.L. O currículo e as diferenças sexuais de gênero. In: COSTA, M.V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOURO, G.L. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p.59-76, 2000.
- LOURO, G.L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L.; NECKEL, J.F.; GOELLNER, S.V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.9-27.
- PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- SOIHET, R. Pisando no "sexo frágil". *Nossa História*, v.1, n.3., p.35-41, 2004.
- SOUZA, N.G.S. Representações de corpo-identidade em histórias de vida. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.25, n.2, p.95-116, 2000.

Recebido em 30/4/2010 e aceito para publicação em 7/7/2010.

